



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2018.0000373078

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 9000112-30.2018.8.26.0050, da Comarca de São Paulo, em que é agravante ANDERSON BALBINO DE JESUS, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em 2ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ALMEIDA SAMPAIO (Presidente sem voto), KENARIK BOUJIKIAN E FRANCISCO ORLANDO.

São Paulo, 21 de maio de 2018

LUIZ FERNANDO VAGGIONE

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Voto nº 4.887

Agravo em Execução nº 9000112-30.2018.8.26.0050

Comarca: São Paulo

Agravante: Anderson Balbino de Jesus

Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Agravo em execução. Progressão de regime. Exame Criminológico desfavorável. Laudo que não vincula o juiz, mas representa elemento importante na análise da aptidão do sentenciado para obtenção do benefício. Indeferimento bem justificado. Recurso desprovido.

Vistos.

Trata-se de agravo em execução interposto por Anderson Balbino de Jesus contra a r. decisão do MM. Juízo de Direito da Vara das Execuções Criminais da Comarca de Presidente Prudente, que indeferiu a progressão do sentenciado para o regime semiaberto (fl. 89).

Pede, em síntese, que seja deferida a progressão para o regime semiaberto, tendo em vista que já cumpriu mais de 1/6 da pena e apresenta bom comportamento carcerário (fls. 99/103).

Regularmente processado, o recurso foi respondido em contraminuta (fls. 106/113).

A decisão hostilizada foi mantida a fls. 114.

Remetidos os autos a essa instância recursal, a douta Procuradoria Geral de Justiça ofertou parecer, posicionando-se pelo desprovimento do agravo (fls. 127/129).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

O recurso não comporta provimento.

O agravante, reincidente, iniciou em 14/04/1999 o cumprimento de 32 anos de pena privativa de liberdade pela prática dos crimes de homicídio qualificado, receptação e roubos circunstanciados. O término do cumprimento da pena está previsto para 24/06/2032 (vide boletim informativo de fls. 11/16).

O requisito objetivo para a progressão de regime restou demonstrado folha de antecedentes expedida pela Vara das Execuções Criminais de fls. 116/123, que comprova ter o agravante cumprido mais de 3/5 da pena decorrente de crime hediondo, mais 1/6 dos crimes comuns. Foi acostado, ainda, documento que atesta seu bom comportamento carcerário (fl. 10).

Resta então analisar se igualmente foi preenchido o requisito subjetivo.

Destaca-se que a despeito da redação do art. 112 da Lei de Execuções Penais — que retirou o exame criminológico como exigência para a progressão de regime — sua realização é possível diante das particularidades do caso e mediante fundamentação concreta.

Este, aliás, é o entendimento expressado no enunciado da Súmula 439 do Col. Superior Tribunal de Justiça, com a seguinte redação: *"admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada"*.

E, no caso em análise, o exame criminológico realizado demonstra que o agravante não satisfaz o requisito subjetivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Com efeito, o psicólogo que o entrevistou destacou que o agravante *"não apresenta reflexão sustentável sobre seus atos ilícitos. Seu arrependimento está vinculado apenas as suas perdas pessoais"*. Além disso, *"Através das suas colocações tenta diminuir sua culpabilidade"*. Ademais, *"Seus planos são vagos e inconsistentes, nenhum indício que comprove o resgate de sua estabilidade sócio econômica"* (fls. 72/74).

No relatório conjunto de avaliação, os diretores do estabelecimento prisional em que o agravante cumpre pena manifestaram-se contrariamente ao benefício pleiteado (fl. 65).

Ressalte-se que o Diretor do Centro de Segurança e Disciplina anotou que o sentenciado possui envolvimento em facção criminosa, já que esteve recolhido em várias unidades prisionais destinados aos presos com este envolvimento e possui bom relacionamento com os demais reeducandos. Registrou-se também que a unidade prisional em que se encontra — Penitenciária de Presidente Venceslau II — é destinada aos líderes e integrantes ativos de facção e, segundo informações, é preso de altíssima periculosidade e altamente resgatável (fl. 66).

Tais conclusões expressam que o agravante ainda não alcançou a necessária responsabilidade para o cumprimento da pena no regime semiaberto, meio em que a vigilância, por ser reduzida, exigirá do reeducando apurado senso de disciplina, amadurecimento e consciência do erro cometido.

Por outro lado, nenhuma prova que contrariasse a conclusão da equipe multidisciplinar foi produzida, de sorte que devem ser prestigiados o parecer técnico e os fundamentos da r. decisão que indeferiu a progressão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Destarte, NEGA-SE PROVIMENTO ao agravo em execução.

LUIZ FERNANDO VAGGIONE
Relator